

## O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

### Autor(res)

Luciana Calado Pena  
André Luis Júnior Gaspar De Sousa Dias  
Carine Silva Diniz  
Habib Ribeiro David  
Diego Marques Dos Santos Evangelista

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

O avanço das novas tecnologias tem provocado profundas transformações na sociedade contemporânea, afetando diretamente as relações sociais, econômicas e jurídicas. O Direito, enquanto instrumento normativo e regulador das condutas humanas, é constantemente desafiado a se adaptar às inovações digitais, como a inteligência artificial, o uso massivo de dados, a automação e a comunicação em rede. Nesse contexto, surgem novas demandas por regulamentação, proteção de direitos fundamentais e definição de responsabilidades em ambientes digitais. O presente trabalho propõe uma reflexão sobre os impactos dessas transformações tecnológicas no ordenamento jurídico, analisando a necessidade de evolução normativa e os limites éticos e legais da atuação estatal e privada diante das inovações tecnológicas.

### Objetivo

Analizar como as novas tecnologias influenciam o Direito e identificar os principais desafios e adaptações jurídicas necessárias nesse cenário.

### Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, baseada em livros, artigos científicos, legislações específicas e decisões judiciais pertinentes ao tema. Utilizou-se como principal referência a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de autores da área de Direito Digital. A metodologia foi qualitativa, priorizando a análise crítica e interpretativa dos materiais selecionados. Foram coletadas informações que ilustram os principais impactos jurídicos das novas tecnologias e as soluções legislativas e doutrinárias propostas no contexto brasileiro.

### Resultados e Discussão

O estudo evidenciou que a tecnologia impõe ao Direito novos desafios, sobretudo no que diz respeito à proteção de dados pessoais, responsabilidade civil por danos digitais e regulação das plataformas digitais. Observou-se que o ordenamento jurídico brasileiro já apresenta avanços importantes, como a LGPD, mas ainda existem lacunas

que exigem constante atualização legislativa e doutrinária. A atuação dos profissionais do Direito requer, cada vez mais, conhecimentos tecnológicos e postura ética diante das novas demandas sociais.

### Conclusão

Conclui-se que o Direito deve evoluir junto com as tecnologias para assegurar a proteção dos direitos fundamentais, garantindo segurança jurídica e também a justiça em uma sociedade cada vez mais digital.

### Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2025.